

A defesa do ensino agrônômico por Dario Vellozo na revista *A Escola*

Maria Beatriz de Almeida Mello¹

ORCID: 0000-0003-0816-7561

Resumo

Este artigo apresenta o debate acerca do ensino agrônômico realizado na revista *A Escola*, com enfoque para os textos publicados por Dario Vellozo, em que o intelectual apresenta as concepções de Escola Moderna. A problemática caracteriza-se por buscar compreender os motivos que o levou a incorporar e defender o ensino agrônômico como central em sua proposta escolar. Portanto, a pesquisa tem como objetivo analisar os textos publicados por Dario Vellozo na revista, a partir do método histórico de análise. Entendemos que as fontes não são neutras e devem ser contextualizadas à luz da interpretação histórica do período. Como resultado desse estudo, a partir da análise das fontes, constatamos que tanto as publicações do periódico *A Escola*, quanto à atuação de Dario Vellozo, foram no sentido de promover a discussão do ensino agrícola no estado do Paraná, em consonância aos interesses da Sociedade Estadual de Agricultura do Paraná (SEAP), que tinha interesse direto na modernização do campo brasileiro e na diversificação da produção agrícola. Adotamos como referencial teórico as concepções de Antonio Gramsci sobre os intelectuais e, a partir disso, entendemos que Dario Vellozo atuou na organização do consenso ao redor de um projeto de classe específico, defendido pela SEAP. O periódico *A Escola* é a fonte desse estudo e está disponível para consulta no endereço eletrônico da Hemeroteca Digital Brasileira.

Palavras-chave

Dario Vellozo – Revista *A Escola* – Ensino agrícola – Intelectuais.

1 - Universidade Estadual de Maringá, Maringá, PR, Brasil. Contato: mariabeatrizalmeidamello@gmail.com



<https://doi.org/10.1590/S1678-4634202450263779por>
This content is licensed under a Creative Commons attribution-type BY 4.0.



The defense of agricultural education by Dario Vellozo in the journal A Escola

Abstract

This paper presents the debate related to Agricultural Education published in the journal A Escola, focusing on the texts produced by Dario Vellozo, in which the intellectual presents his concepts of the Modern School (Escola Moderna). The problem is characterized by seeking to understand the reasons that led him to incorporate and defend agricultural education as the core of his proposal of school. Therefore, the research aims to analyze the texts published by Dario Vellozo in the journal, based on the historical method of analysis. We understand that sources are not neutral and must be contextualized based on the historical interpretation of the period. As a result, based on the analysis of the sources we found that both the publications in A Escola and Dario Vellozo's work were aimed at promoting the discussion of agricultural education in the state of Paraná, aligned with the interests of the Paraná State Agricultural Society (SEAP), which had a direct interest in the modernization of the Brazilian countryside and the diversification of agricultural production. We grounded our analysis on Antonio Gramsci's conceptions of intellectuals and, based on this, we understand that Dario Vellozo acted to organize consensus around a specific class project, defended by the SEAP. A Escola journal is the source of this study and it is available on Hemeroteca Digital Brasileira's website.

Keywords

Dario Vellozo – A Escola magazine – Agricultural education – Intellectuals.

Introdução

Dario Vellozo (1869-1937) foi um intelectual diverso e muito atuante na sociedade curitibana, especialmente durante o período da Primeira República (1889-1930). Foi professor do Ginásio Paranaense e da Escola Normal de Curitiba, era maçom, republicano, poeta e militante anticlerical. Ele publicou diversos periódicos na capital paranaense, e sua atuação na revista *A Escola* foi bastante destacada. O tema central da maior parte dos textos publicados por Vellozo na revista concentra-se na apresentação e divulgação da proposta de uma Escola Moderna, tal proposta consistia em um modelo de escola que segundo o intelectual, deveria ser fundada no Paraná. O modelo havia sido desenvolvido por ele com base nas concepções de Edmond Demolins (1852-1907), um intelectual francês fundador da *École des Roches*². Após lançar as bases da Escola Moderna no periódico,

2- De acordo com Cambi (1999), a *École des Roches* foi fundada na França em 1899. A inspiração para sua criação teria vindo da escola inglesa localizada em Abbotsholme, criada por Cecil Reddie (1858-1932). Ambas caracterizavam-se por serem internatos masculinos, localizadas no campo, com um programa de ensino que fosse teórico e prático. Assim, o trabalho no campo serviria como local de experiência para a aprendizagem dos alunos.

Dario Vellozo incorporou o ensino agrônômico como prioridade. Neste sentido, buscamos investigar os motivos que o levou a adotar tal perspectiva.

O desenvolvimento do ensino agrícola e, até mesmo, de instituições especializadas com este fim, surgiu com os desdobramentos da primeira revolução industrial. No Brasil, a discussão passou a tomar corpo, especialmente, a partir da necessidade de substituir a mão de obra escrava por trabalhadores livres nas décadas finais do Império. Durante a Primeira República, encontraram alguns entraves para seu desdobramento e foi uma bandeira levantada especialmente pela Sociedade Nacional de Agricultura (SNA). O ensino agrícola fazia parte do projeto da SNA para modernizar o campo brasileiro e incentivar a diversificação agrícola. As discussões presentes na revista *A Escola* e o projeto educacional de Dario Vellozo se inserem nesse contexto e nos fornecem pistas de como esse debate repercutiu no estado do Paraná.

A revista *A Escola, Órgão do Grêmio dos Professores Públicos do Paraná* foi um periódico editado e publicado em Curitiba, capital do estado, entre os anos de 1906 e 1910. Todos os números da revista foram consultados e estão disponíveis digitalizados no acervo da Hemeroteca Digital Brasileira³. O impresso voltava-se para os professores do estado e tratava de diversos assuntos relacionados à instrução pública, como métodos de ensino, formas de organização escolar e outros assuntos que eram pauta do debate público acerca da instrução no período.

A análise das fontes foi feita de maneira articulada com o contexto histórico do período, buscando evidenciar quais os sentidos atribuídos à educação agrônômica. As revistas pedagógicas são uma importante fonte para a História da Educação, pois, permitem visualizar a multiplicidade do fenômeno educacional, sendo possível observar informações sobre a organização escolar, os métodos de ensino e o trabalho pedagógico, além das principais discussões e disputas do campo que vão além das normas e prescrições escolares (Catani, 1996).

Além disso, adotamos como referencial teórico para compreensão da atuação de Dario Vellozo as concepções de Gramsci (1982). Segundo ele, todos os homens são intelectuais, porém, há que se fazer a ressalva de que nem todos os homens exercem a função de intelectual na sociedade. Esse grupo, por sua vez, é definido historicamente e está ligado a uma classe social específica. Assim, os intelectuais são responsáveis por conferirem consciência e homogeneidade política, social e econômica à classe a qual estão ligados, exercendo a função de “comissários” do grupo dominante sob as classes subalternas.

A partir disso, nossa compreensão é que Dario Vellozo estava ligado à burguesia ervateira paranaense e, sua atuação em defesa do ensino agrônômico no estado foi no sentido de promover consenso entre o professorado ao redor do projeto educacional defendido pela Sociedade Estadual Agrícola do Paraná (SEAP), como veremos no tópico a seguir.

A revista *A Escola* e o ensino agrícola

Os anos iniciais da Primeira República (1889-1930) foram marcados por intensos debates sobre a instrução pública. Apesar da mudança do regime político, no campo da

3- A Hemeroteca Digital Brasileira pode ser acessada por meio do endereço eletrônico: <http://bdigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>



instrução permaneceu uma estrutura descentralizada, legada dos tempos imperiais, ou seja, apesar das discussões nos anos anteriores sobre a importância da consolidação de um sistema nacional de ensino, este não se concretizou com a virada republicana da sociedade brasileira, ficando a cargo das unidades federativas legislar sobre o ensino primário e secundário (Schelbauer, 1998).

No caso do Paraná, diversos debates foram realizados com o propósito de se consolidar uma legislação voltada para a questão da instrução (Machado; Cury, 2013). Entre o período de 1889 até 1910, ao menos seis regulamentos da instrução pública foram publicados⁴. Assim, o que vemos é que o discurso dos homens públicos esbarrava nas dificuldades materiais do estado. Se por um lado a instrução pública era vista como ferramenta primordial para legitimar a República e modernizar a sociedade, por outro, observam-se as dificuldades materiais e financeiras do estado na consolidação de uma estrutura condizente.

Em meio a todas essas discussões, a revista *A Escola* surgiu como iniciativa do grêmio dos professores públicos do Paraná. De acordo com Marach (2007), o grêmio pode ter sido influenciado pela organização da Congregação do Ginásio e da Escola Normal de Curitiba. A Congregação havia sido sistematizada em 1901 pelo Regulamento da Instrução Pública, e era composta pelo Diretor Geral da Instrução Pública e por professores do Ginásio e da Escola Normal (Paraná, 1901).

O impresso direcionava-se aos professores públicos do estado, que poderiam comprar os exemplares por meio de uma assinatura mensal ou anual, no valor de quatro contos de réis ou seis contos de réis, respectivamente. Além disso, a revista buscava se manter por meio do financiamento público oriundo do governo do estado. Essa manutenção financeira, entretanto, não foi constante e as dificuldades relacionadas aos custos para manter a impressão do periódico acabou resultando na alteração de sua frequência de publicação. Os sete primeiros números foram publicados mensalmente. Contudo, após isso, a periodicidade das publicações foi alterada (Marach, 2007).

Observamos que uma multiplicidade de intenções, perspectivas e expectativas rodeavam a publicação do periódico e, portanto, das pessoas envolvidas na atividade. Em suas páginas podemos ver os anseios por parte dos professores públicos ante as iniciativas do governo estadual quanto à condução dos projetos para a instrução pública, acrescida da veiculação de diferentes informações que buscavam modernizar a prática do professorado paranaense nas salas de aulas. As novidades do campo da instrução eram publicadas na revista, evidenciando experiências de instituições educativas em países entendidos como nações capitalistas desenvolvidas, como Estados Unidos, França e Alemanha, bem como em outros estados do Brasil.

Discussões pedagógicas que estavam em pauta no período eram propagadas pelas publicações. Assim, encontramos textos que versam sobre qual o papel da escola, a necessidade do ensino de higiene e das disciplinas de educação moral e cívica. Também

4- São eles: (1) *Decreto n° 31*, de 29 de janeiro de 1890 – Regulamento da Instrução Pública; (2) *Ato de 30 de março de 1891* – Regulamento para a Instrução Pública; (3) *Decreto n° 35*, de 09 de fevereiro de 1895 – Regulamento da Instrução pública do Estado do Paraná; (4) *Decreto n° 93*, de 11 de março de 1901 – Regulamento de Instrução Pública do Estado (5) *Decreto n° 479*, de 10 de dezembro de 1907 – Regulamento da Instrução Pública; (6) *Decreto n° 510*, de 15 de outubro de 1909 – Regulamento Orgânico do Ensino público do Estado.

se encontra no impresso lições estudadas na Escola Normal de Curitiba pelas normalistas, especialmente na disciplina de Pedagogia e História Universal. Ambas eram ministradas pelo professor Dario Vellozo, que era o diretor da revista. Nas lições, podemos observar as discussões que eram feitas no curso normal sobre a vantagem da adoção do método intuitivo nas escolas e organização das turmas por meio do ensino simultâneo e seriado, quando possível.

Vários textos sobre o ensino agrícola compõem o rol de assuntos publicados pela revista. Sobre o tema, encontramos a publicação de ao menos seis textos que buscam divulgar iniciativas de escolas agrônômicas ou discorrem sobre o ensino agrícola⁵. De acordo com Molina (2011, p. 38):

[...] a criação das instituições de ensino agrícola e pesquisa agrônômica surgiram de demandas impostas pela modernização do sistema produtivo nos centros capitalistas, principalmente depois da primeira revolução industrial. Essas instituições de pesquisa científica e educação profissional foram braços fundamentais no auxílio da mutação dos campos.

No Brasil, para compreender melhor os termos que se deu a discussão do ensino agrícola, é necessário citar a realização dos Congressos Agrícolas da década de 1870. O primeiro foi realizado no Rio de Janeiro, no ano de 1878, e reuniu proprietários de terras que tinham por objetivo discutir os diferentes problemas que assolavam o latifúndio brasileiro. A iminência da transformação da mão de obra escrava para a livre (visto a promulgação da *Lei do Ventre Livre*, em 1871) colocava como problema central a substituição da mão de obra no trabalho nos latifúndios, bem como, tomar providências quanto ao destino que teriam os recém-libertos. Assim, uma das saídas encontradas pelos fazendeiros reunidos no congresso era alocar os filhos de escravos libertos pela lei em colônias agrícolas, de modo que seriam educados para o trabalho, além de serem moldados a se tornarem bons trabalhadores, disciplinados e ordeiros, e não ameaçassem a ordem social do país.⁶ Como a substituição da mão de obra escrava pela imigrante também se concretizava como uma opção viável, tais escolas também serviriam para a educação destes colonos (Nascimento; Nascimento, 2013).

Já no período da Primeira República, a consolidação do ensino agrônômico esbarrou em algumas questões que impediram seu desdobramento. A solução adotada para sanar a falta de mão de obra nos grandes latifúndios cafeeiros foi a imigração. Tal

5- Os textos são: CHANNING, Francis Aliston. Educação agrícola. *A Escola*, Ano 3, n. 1, 1908. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 29 mar. 2022; SMITH, Clinton. Escola Agrícola “Luiz de Queiróz”. *A Escola*, Curitiba, v. 3, n. 6-8, 1908. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 29 mar. 2022; PARANÁ, o Estado: ensino agrícola. *A Escola*, Curitiba, v. 4, n. 2-3, 1990. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 29 mar. 2022; ROSA, Gama. Escolas agrícolas e zootécnicas. *A Escola*, Curitiba, v. 4, n. 4-5, 1909. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 29 mar. 2022; SOUZA, William. O ensino agrônômico. *A Escola*, Curitiba, v. 5, n. 4-6, 1910. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 29 mar. 2022; LEDENT, Armand. O ensino agrícola elementar. *A Escola*, Curitiba, v. 5, n. 7-12, 1910. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

6- De acordo com Molina (2012, p. 316): “É importante lembrar que as discussões que se travaram no período compreendido entre o fim do tráfico negreiro (1850) até a Abolição (1888) e a Proclamação da República (1889) se articulam na relação entre emancipação e educação. O objetivo era moldar os ex-escravos, mas, principalmente, as crianças abandonadas, transformando-os em trabalhadores racionalizados para evitar que caíssem na “natural indolência” de que eram acusados pela classe dominante os adultos pobres ou desempregados”.



opção se mostrou mais vantajosa economicamente, visto que era “[...] mais barato e rápido importar europeus do que construir escolas e esperar, a médio prazo, o resultado, [e] os europeus eram um novo tipo de mão de obra culturalmente adaptada aos novos processos produtivos liberais” (Molina, 2012, p. 316).

Apesar de essa configuração ter contemplado os fazendeiros paulistas, Mendonça (2000) aponta para as diferenças existentes entre esses proprietários cafeicultores e fazendeiros de outras regiões do Brasil, ligados as atividades voltadas para o mercado interno. Estes últimos, por sua vez, se organizaram, principalmente, por meio da Sociedade Nacional de Agricultura (SNA), fundada em 1897, de modo a garantir seus interesses próprios. De acordo com a autora:

Sua ação organizativa estruturou-se em torno a algumas demandas bem peculiares: o fomento ao associativismo; a diversificação agrícola e a implantação de canais escolares formadores de especialistas no ramo, alternativos à Escola de Agronomia de São Paulo - a Escola de Agronomia do Rio de Janeiro. Já no plano estratégico, tornou-se uma agência de propaganda e formação de opinião no seio da classe dominante, órgão de consulta e prestação de serviços aos associados, além de instrumento de pressão política junto aos poderes constituídos. (Mendonça, 2000, p. 6).

Além disso, dentre seus quadros dirigentes, não há registro de nenhum representante da cafeicultura paulista. A entidade organizava conferências e exposições para publicizar seus pontos de vista, além de publicar um periódico específico e se multiplicar em filiações regionais. Por meio da expansão da sua força política, buscava pressionar o poder público em prol de seus interesses. Expressão de seu poder político, a SNA exerceu influência na lei que criou o Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio (Mendonça, 2000).

Dentre seus principais discursos, pode-se destacar a campanha em prol da diversificação agrícola e a modernização das técnicas de produção no campo. Além disso, como parte do projeto modernizador, estava o ensino agrícola, que deveria ser empregado para a racionalização do trabalho no campo. Assim, a missão da educação agrícola seria a de levar conhecimento para o campo, a fim de integrar à população rural à sociedade como um todo (Oganauskas, 2015).

Com o propósito de aderir à tendência de modernização do campo e aumentar a diversificação agrícola foi fundada a Sociedade Estadual Agrícola do Paraná (SEAP), em 1897. A sociedade foi criada por iniciativa de um representante da SNA no Paraná e seu primeiro presidente foi o médico e político Victor Ferreira do Amaral (1862-1953)⁷ (Oganauskas, 2015). Em um número da revista *A Escola*, encontra-se um artigo que faz menção honrosa atuação do deputado na Câmara Federal, quando da proposição de um projeto de lei para criar um instituto superior para o ensino de agricultura e zootécnica⁸. Dentre as funções do

7- Victor Ferreira do Amaral nasceu na Lapa (PR). Formou-se em Medicina no Rio de Janeiro (RJ) e, de volta ao Paraná, foi prefeito de Curitiba em 1890 e deputado da Assembleia Constituinte do Estado do Paraná no ano seguinte. Entre 1900 e 1904 foi vice-presidente do estado e Diretor Geral da Instrução Pública. Foi eleito deputado federal em 1906. Em 1912, atuou na fundação da Universidade do Paraná (Oganauskas, 2015).

8- Trata-se do artigo: PARANÁ, o Estado: ensino agrícola. *A Escola*, Curitiba, v. 4, n. 2-3, 1990. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

instituto, ele deveria estar comprometido com a divulgação de novas sementes e plantas adaptáveis a diferentes regiões, indicando a tendência de variedade agrícola.

Deste modo, o que observamos é que a revista *A Escola* empreendeu esforços em divulgar os debates sobre o ensino agrícola que surgiam no país. Em 1908, em artigo publicado no número 6 a 8, encontramos a notícia de divulgação da fundação da Escola Agrícola “Luiz de Queiroz”, em Piracicaba. O artigo, escrito pelo diretor da instituição no período, Dr. Clinton Smith, busca apresentar a escola:

Por meio de uma aliança íntima entre a teoria e a prática, um moço sai daqui não só sabendo fazer as coisas, mas porque e para que as deve fazer, ao mesmo tempo que, identificando-se com a vida da lavoura, cujas belezas e vantagens se lhe irão revelando mais nítidas de dia para dia, sairá daqui com a ambição de dirigir uma fazenda, sua ou de outrem, certo do êxito que o espera na vida.

Não só o café, como o arroz, o fumo, o algodão, a alfafa, e outras safras se estudam e se praticam nesta Escola, cultivadas pelas próprias mãos dos alunos, de modo que a sua frequência se torna de inestimável alcance para os filhos de qualquer dos Estados do Brasil. (Smith, 1908, p. 143).

De acordo com Molina (2011), a concepção pedagógica que predominou na constituição das escolas agrícolas foi de caráter dualista, ou seja, oferecido na modalidade de ensino superior ou secundário, destinavam-se aos filhos de fazendeiros ou futuros administradores das fazendas. Tais profissionais receberiam o título de engenheiros agrônomos ou agrícolas e ficariam responsáveis por cargos técnicos, de direção ou pesquisa. Já para os trabalhadores rurais, seria destinado o ensino agrícola elementar. Este é o cerne do pensamento encontrado no texto de Armand Ledent⁹, veiculado na revista *A Escola*:

Num precedente artigo, procuramos mostrar como se deve encarar a primeira preparação profissional dos filhos da classe operária que, pelo fato de sua vocação ou de sua residência mesma, ficam destinados a ocupar a sua atividade nas profissões urbanas e industriais. Mas existe uma população rural considerável, cujo desenvolvimento e cuja prosperidade devem inspirar aos poderes públicos interesse pelo menos igual. A educação profissional dessa parte tão útil da nação deve, sobretudo, ser o objeto de preocupações do Governo, porque é ela a criadora da maior e mais essencial fração da riqueza pública. Há tanto mais necessidade de ministrar-lhe uma instrução prática, adequado à sua função social, quanto menos pronta é essa classe rural em adotar os progressos da ciência e quanto menos facilidade possui na sua vida retirada, para adquirir mais tarde conhecimentos úteis na sua profissão. (Ledent, 1910, p. 288).

⁹ - Armand Ledent foi um engenheiro agrônomo belga contratado para atuar na construção da escola agrícola de Piracicaba, que mais tarde se tornaria a “Escola Agrícola Prática Luiz de Queiroz” (Molina, 2010). Entre 1909 e 1910, realizou viagens ao exterior a pedido do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, Dr. Rodolpho Rocha Miranda, para observar a organização do ensino profissional e agrícola em outros países. Ao final de sua viagem, Ledent elaborou um relatório destinado ao governo, intitulado “O ensino profissional e agrícola: Plano Geral de Organização” (Cimino, 2013).



O autor do texto evidencia as reformas que haviam sido realizadas no ensino agrícola da Bélgica e estabelece reflexões sobre o que poderia ou não ser adotado no Brasil, de acordo com a realidade do país. Identifica como uma das dificuldades encontradas no Brasil o fato dos habitantes do campo estarem espalhados em largas extensões de terra, sendo muito difícil oferecer o ensino concentrado em uma única escola que atendesse a comunidade dos trabalhadores rurais. A saída encontrada pelo belga seria estabelecer nos distritos agrícolas um ensino especial elementar, destinado aos rapazes do campo que teriam 12 ou 13 anos, com duração de dois anos.

O ensino especial elementar proposto deveria combinar-se de maneira prática e teórica, isto é, seria ministrado em uma fazenda onde os alunos teriam acesso a hortas, pomares, chiqueiros, galinheiros e estábulos para vacas. Além disso, a fazenda deveria dispor de ferramentas agrícolas para o manejo dos alunos, tais como, arados e grades. A fazenda também deveria dispor de uma casa, que seria destinada para o ensino teórico, ministrado por um professor normalista aos alunos, após o trabalho com a terra. Segundo Ledent (1910, p. 292):

Para resumir numa só frase a alta utilidade do sistema de educação que acabamos de expor, lembraremos que a combinação do ensino teórico e prático produz resultados espantosos e quase que incríveis, em comparação com os antigos métodos pedagógicos. Insistiremos particularmente sobre o papel importante dos exercícios práticos organizados por canteiros e acompanhados das explicações teóricas dadas em baixo dos ranchos pelos professores. Esse modo de ministrar a instrução traz vantagens consideráveis e de várias espécies.

Outra característica presente na concepção de Ledent para o ensino agrícola elementar era o de inculcar nos alunos os valores de amor pelo trabalho, além de incentivá-los que continuassem sua vida no campo. Características semelhantes a essa podem ser encontradas no projeto de Escola Moderna, de autoria de Dario Vellozo, publicado também no periódico *A Escola*, como veremos a seguir.

O ensino agrônomo na Escola Moderna de Dario Vellozo

Dario Vellozo foi um intelectual de atuação destacada nos debates públicos paranaenses. Atuou diretamente no campo da instrução pública na capital do estado, como professor do Ginásio Paranaense e da Escola Normal de Curitiba, mas foi conhecido, sobretudo, por conta de seus posicionamentos anticlericais. Foi um grande defensor da República e se opunha publicamente à Igreja Católica, que se consolidava em Curitiba especialmente por meio dos imigrantes que se estabeleciam na capital (Bega, 2014). Publicou muitos periódicos e livros (Denipoti, 2001), com destaque para dois deles que foram usados como manuais escolares nas instituições em que ele lecionava: *Lições de história* (1902) e *Compêndio de pedagogia* (1907). Como resultado de sua intensa atuação intelectual, esteve à frente da publicação do periódico *A Escola* durante todos seus anos de funcionamento, no qual atuou como diretor da revista.

Foi no ano de 1907, na referida revista *A Escola*, que Dario Vellozo deu início a uma série de publicações que tinha como objetivo apresentar soluções para sanar os problemas relativos à consolidação da instrução pública no Brasil. Os textos foram publicados ao longo daquele ano, nos dez números da revista, e tinham o título de “Subsídios Pedagógicos”, com subtítulos diferentes em cada um deles. Apesar de terem sido publicados em números diferentes, um era continuação do outro, conferindo um aspecto de coesão e totalidade entre o conteúdo dos textos. Com relação ao conteúdo, observa-se que Dario Vellozo buscou apresentar e discutir os fundamentos de sua proposta educacional, que ele deu o nome de Escola Moderna.

Para Vellozo, a escola caracterizava-se por ser um meio, um caminho para modernizar o Brasil e inseri-lo como potência econômica entre os países capitalistas desenvolvidos. Para alcançar tal progresso, o país necessitava de uma reforma em todo o sistema escolar de modo que passasse a formar cidadãos brasileiros. Outra função essencial que a escola deveria cumprir era a de oferecer uma formação que capacitasse os alunos para seguir uma profissão ao findarem os estudos, fossem elas ligadas ao comércio, às artes, às indústrias ou à agricultura. O intelectual partilhava da ideia de que a agricultura e a terra eram a base da riqueza nacional e, por este motivo, deveria receber uma atenção especial por parte dos poderes públicos.

De maneira semelhante ao pensamento de Edmond Demolins¹⁰, que era sua inspiração, Vellozo propunha a oferta de um ensino teórico e prático. Totalizando oito anos, era dividido em um curso primário de dois anos, secundário de três anos e, por fim, um curso especial, com duração de três anos. O primário teria caráter preparatório para o secundário, que por sua vez, prepararia para qualquer um dos ramos do curso especial. Dessa forma, ambos, o ensino primário e o secundário, tinham a perspectiva de oferecerem uma instrução elementar (Vellozo, 1907, p. 81-82).

O curso especial seria abrangente, contemplando o estudo de disciplinas específicas de diferentes ramos da atividade humana. Assim, o estudante optaria por frequentar todas as aulas ou somente aquelas destinadas ao ramo de sua escolha. Ao final dos estudos na Escola Moderna, os alunos que quisessem continuar estudando poderiam se matricular no 5º ano do ginásio ou então, direcionar-se para a Escola Normal. Caso algum aluno optasse por se dedicar ao comércio, o curso também oferecia a disciplina de escrituração mercantil. Tendo em vista que a agricultura constituía a “[...] base da fortuna nacional, terá cuidadoso desenvolvimento nos diversos graus de ensino” (Vellozo, 1907, p. 81).

Assim, observamos as disciplinas ligadas à agricultura dissolvidas no curso primário, secundário e especial, sendo elas: corografia, física, química, geologia, mineralogia, botânica, zoologia, agronomia e colonização. Os estudos práticos seriam realizados pelas disciplinas de jardinagem e cultura, artes e ofícios, coleções de minerais, plantas e animais,

10 - Os fundamentos da sua proposta educacional localizam-se no pensamento pedagógico de Edmond Demolins, que havia fundado uma escola na França em 1899. Para o francês, as reformas educacionais seriam as principais responsáveis para encaminharem as sociedades para a harmonia social. Assim, a educação deveria cumprir o papel de formar pessoas que fossem capazes de superar as dificuldades postas pela sociedade, de modo a garantirem o desenvolvimento do país. Demolins fundamenta seu programa escolar baseado na crítica ao sistema escolar francês que, segundo ele, caracterizava-se por ser estritamente mnemônico e tinha como finalidade principal apenas a aprovação em testes e exames, sem oferecer nenhum conhecimento prático para os alunos. Dessa forma, sua escola ofereceria um ensino teórico e prático, de modo que os alunos concluiriam seus estudos preparados para superarem as dificuldades colocadas pela vida moderna.



nivelamento, plantas, construções de pontes e estradas (Vellozo, 1907, p. 86). Para o desenvolvimento das disciplinas práticas, a escola deveria dispor de laboratórios de física e química, piscinas para natação, parques, jardins e seções para tipografia, serralheria, encadernação e alfaiataria. A escola deveria funcionar no regime de internato, de modo que os alunos e professores residiriam na escola que, inicialmente, atenderia por volta de sessenta alunos (Vellozo, 1907, p. 81).

Nos textos publicados pelo intelectual no ano seguinte, 1908a, percebe-se que há a incorporação do ensino agrônômico como central em sua Escola Moderna. Em suas palavras:

A primazia ao curso agrônômico é perfeitamente compreensível em regiões, como o Paraná, essencialmente agrícolas.

Em todas as antigas e modernas civilizações a agricultura foi sempre primordial fator de estabilidade, riqueza e progresso.

O Brasil, e em particular cada um dos estados, só resolverá o problema econômico quando a produção avante-se, e de importadores passarmos a exportadores.

[...] Para que, entanto, a produção agrícola aumente, é forçoso ensinar a agronomia em escolas teórico-práticas, que façam agricultores aptos e conscientes; propagar-lhe as vantagens, demonstrando-lhe resultados.

[...] Pretender solucionar o problema agrônômico encorajando bisonhos plantadores analfabetos, fornecendo-lhes sementes de que raro se aproveitam e instrumentos que não utilizam diligentemente, é sacrificar tempo, dinheiro e trabalho. (Vellozo, 1908a, p. 11-12).

Assim, para obter resultados profícuos a partir do trabalho com a terra, uma saída seria a de instalar postos agrônômicos e laboratórios agrícolas em todos os núcleos coloniais do estado. Os responsáveis por tais postos e laboratórios seriam aqueles alunos formados pela Escola Moderna. Dessa forma, Dario Vellozo teria adaptado seu projeto para ofertar o curso agrônômico nos anos finais do curso da Escola Moderna. Seria ministrado em dois anos, um curso teórico e prático que contemplaria as disciplinas de física e química agrícola, geologia (terrenos, análises, aplicações), botânica agrícola, agrimensura, cartografia (mapas meteorológicos), mineralogia, zootecnia, agronomia, plantas, mapas, cereais e forragens, artes e ofícios, nivelamentos, construções de pontes e estradas, análises químicas, artes e ofícios, campos de experiência (estabelecimentos de postos agrônômicos) e construções rurais (Vellozo, 1908a, p. 13).

A defesa do ensino agrônômico e da criação de postos agrônômicos fazia parte das proposições da SEAP. Desde sua fundação, a SEAP buscou empreender uma campanha em prol da fundação de instituições de ensino agrícola no Paraná. Em 1906, foi assinado o decreto de criação do Instituto Agrônômico do Paraná, anexo ao Instituto Comercial do Paraná¹¹. O objetivo do instituto era fomentar a modernização agrícola no estado, bem como promover a “regeneração” do trabalhador rural, por meio de uma instrução que fosse “civilizatória” (Oganauskas, 2015).

11 - O decreto foi assinado por João Cândido Ferreira (1864-1948), na ocasião como vice-presidente do estado. Ele era primo de Victor Ferreira do Amaral, que esteve em frente à SEAP.

Assim, o Instituto Agrônômico do Paraná deveria oferecer um ensino profissional voltado para os interessados desenvolverem a profissão agrícola. O curso teria duração de dois anos e contemplaria aulas teóricas e práticas, fundamentadas em noções científicas da prática da agricultura. Para o aspecto prático do curso, era necessário um campo de experiências. Assim, em uma chácara no bairro de Bacacheri, em Curitiba, foi inaugurado em 1907 o campo de experiências do Instituto Agrônômico do Paraná. Estiveram presentes na fundação da chácara figuras importantes como o prefeito de Curitiba, o governador João Cândido Ferreira, o presidente da SEAP, na época, Octavio Ferreira do Amaral (1869-1942), o deputado Victor Ferreira do Amaral, bem como, Dario Vellozo (Oganauskas, 2015).

De acordo com Oganauskas (2015, p. 66), a criação do Instituto Agrônômico do Paraná representou a consolidação material do programa da SEAP no estado. Apesar disso, o ensino profissional a ser ministrado pelo Instituto, bem como o campo de experiências, não vingou. O último acabou funcionando apenas como um espaço consultivo, que os trabalhadores rurais recorriam conforme dúvidas relacionadas às demandas próprias que surgiam.

Em um artigo publicado no jornal *Diário da Tarde* e veiculado na revista *A Escola*, Laurentino de Azambuja¹² (1908, p. 139) faz a defesa da criação de uma Escola Agrícola Paranaense “[...] aproveitando-se os bons elementos existentes no campo de experiências do Bacacheri”. Segundo ele:

Demais a zona paranaense é essencialmente agrícola e procurada por grande número de imigrantes estrangeiros que aqui estabelecem domicílio no intuito de explorar as riquezas naturais, mas, lutam com inúmeras dificuldades por não conhecerem a natureza do solo que vão arrotear, as qualidades das sementes apropriadas a cada região, as condições das indústrias mais relacionadas com a agricultura, tais como as de laticínios, vinho, açúcar, álcool, etc. Estes conhecimentos seriam facultados se os nossos lavradores recebessem a necessária educação agrícola e as transmitissem aos nacionais e estrangeiros que, sem a precisa experiência, entregam-se ao amanho de um solo desconhecido. (Azambuja, 1908, p. 138).

Dario Vellozo responde diretamente ao artigo de Azambuja por meio do texto *A Escola Moderna e a educação agrícola*, ao Dr. Laurentino de Azambuja, no número 6 a 8 da revista *A Escola*, no ano de 1908b:

Explica estas linhas o almejo de agradecer-lhe o brilhante concurso, embora indireto, que à Escola Moderna veio trazer-me seu artigo Instituto Agrônômico, publicado no *Diário da Tarde* de 9 do corrente mês.

[...] A Escola Moderna, como a idealizo e penso realizar praticamente, não restringirá sua ação à capital paranaense, mas, se disseminará por todo o estado. Não é empresa de comércio. É núcleo cívico.

À proporção que os recursos forem aumentando e as casas escolares, moldadas na escola base, se sucedendo, estudaremos a constituição geológica das zonas de cultura, a flora e a fauna, o clima,

12- Laurentino Azambuja fundou o Colégio Pathernon Paranaense e foi diretor do Instituto Agrônômico de Curitiba (Marach, 2007).



o habitat, o homem, publicados no Boletim escolar os resultados das investigações das diversas turmas. Tornaremos o Paraná conhecido. Aos lavradores serão fornecidas informações exatas, práticas; quando preciso, alunos do curso especial serão destacados, - sem prejuízo dos estudos, - levando ao agricultor no próprio terreno as instruções de que careça. (Vellozo, 1908b, p. 142).

A partir desse trecho e de outras iniciativas empreendidas por Vellozo, como, levar a proposta de financiamento para fundação de sua escola para ser discutida pela Assembleia Legislativa do Paraná, entendemos que o intelectual buscava consolidar sua Escola Moderna como a saída a ser adotada no Paraná. Assim, notamos que a sua defesa sobre o ensino agrônômico estava em consonância com o que era defendido e apregoado pela SEAP no estado. Isto é, a partir de uma perspectiva gramsciana, compreendemos que Dario Vellozo buscou organizar um consenso em prol do desenvolvimento do ensino agrônômico no estado, atuando como intelectual orgânico das classes dominantes agrícolas do Paraná, que estavam organizadas ao redor da SEAP. Dario Vellozo era uma figura influente entre o professorado da capital e a promoção da educação agrícola fazia parte da estratégia da SEAP para o estado. O interesse de classe da SEAP era claro ao destinar aos trabalhadores rurais um ensino rudimentar e primário e o ensino secundário para os filhos da elite rural, com objetivo de se tornarem administradores das propriedades.

No entanto, a tentativa de Dario Vellozo de conseguir financiamento público para a fundação da Escola Moderna no estado não vingou. A proposta chegou a ser aprovada pela assembleia, porém, sem o financiamento.

Considerações finais

Este texto buscou evidenciar os artigos sobre o ensino agrícola, publicados na revista *A Escola*. O tema foi amplamente debatido no Brasil, especialmente a partir da década de 1870, com a realização dos congressos agrícolas. A iminência da transformação da mão de obra escrava para a livre nos latifúndios brasileiros colocou como problema central para os proprietários de terra e escravos qual destino dar aos recém-libertos. Uma das saídas debatidas foi a promoção da educação agrícola para essa parcela da população, de modo a especializar a mão de obra utilizada, além de torná-la disciplinada e amante do trabalho, precavendo-se de possíveis revoltas. Contudo, com a abolição da escravidão consolidada, durante o período da Primeira República, a solução adotada, especialmente pelos cafeicultores paulistas, foi a incorporação do trabalho de imigrantes nas grandes fazendas de café, o que representou entrave para o desenvolvimento do ensino agrônômico no país.

Todavia, por meio do trabalho de Mendonça (2000), observa-se haver divergências entre os fazendeiros brasileiros. Enquanto os cafeicultores paulistas estavam interessados em venderem sua produção para o exterior, os fazendeiros que estavam ligados à produção interna buscavam a diversificação agrícola e a modernização do campo. Para fazerem valer suas demandas, organizaram-se por meio da Sociedade Nacional de Agricultura, que se capilarizou pelo território brasileiro com a fundação de sociedades estaduais. No Paraná, a Sociedade Estadual Agrícola do Paraná foi fundada em 1897 por um representante da SNA no estado. Dentre seus objetivos, destacava-se a tendência à modernização do campo



e o aumento da diversificação agrícola e, para tanto, a difusão do ensino agrônômico tornou-se uma importante estratégia.

Na revista *A Escola* diversos textos a favor do ensino agrônômico foram veiculados, sendo especialmente defendido por Dario Vellozo em seu projeto escolar denominado Escola Moderna. Avaliamos que a difusão e a defesa realizada pelo intelectual do ensino agrônômico estavam em consonância com o que era apregoado pela SNA e pela SEAP.

Dessa forma, entendemos que a Escola Moderna de Dario Vellozo representava os interesses de um grupo ao redor de um projeto específico, ou seja, de parte da burguesia paranaense, ligada à produção agrária, que estava interessada em aumentar a diversificação agrícola no campo brasileiro, bem como modernizá-lo, especialmente por meio da oferta de instrução para trabalhadores da terra. Assim, entendemos que em uma perspectiva gramsciana, Vellozo atuou no sentido da promoção de um consenso entre o professorado acerca dos rumos que deveriam ser tomados pela educação no estado, organizando o debate ao redor do assunto.

É compreensível que diante da dificuldade do estado de alavancar a oferta do ensino agrônômico, Dario Vellozo viu a oportunidade de divulgar sua proposta e colocá-la como solução deste problema, pelo menos em curto prazo, visto que sua escola pretendia atender um pequeno número de alunos, além de ser privada. Entende-se que este foi um dos motivos que levou o intelectual a priorizar o ensino agrícola em seu projeto de escola.

Apesar de Dario Vellozo ter buscado o financiamento público para sua fundação, a Escola Moderna previa o atendimento de um número de sessenta alunos e que pudessem pagar um valor pela matrícula, ou seja, o público que poderia ter acesso a ela era bastante restrito no contexto daquele período.

Entretanto, mesmo com esforços e diferentes iniciativas, destacadas neste texto especialmente as de Dario Vellozo, de acordo com Aksenon e Miguel (2017) a educação agrícola pouco se consolidou no estado do Paraná no período da Primeira República.

Referências

AKSENEN, Elisângela Zarpelon; MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. A educação rural no Paraná no início do século XX: a voz dos documentos oficiais. *In*: CONGRESSO BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 9., 2017, João Pessoa. **Anais** [...]. João Pessoa: UFPA, 2017. p. 799-814.

AZAMBUJA, Laurentino. Instituto Agrônômico. **A Escola**, Curitiba, v. 3, n. 6-8, 1908. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 4 abr. 2022.

BEGA, Maria Tarcisa Silva. **Letras e política no Paraná**: simbolistas e anticlericais na República Velha. Curitiba: UFPR, 2013.

CAMBI, Franco. **História da pedagogia**. São Paulo: UNESP, 1999.

CATANI, Debora Bastos. A imprensa periódica educacional: revistas de ensino e o estudo do campo educacional. **Revista Educação e Filosofia**, São Paulo, v. 10, n. 20, p. 115-130, jul./dez. 1996.



CHANNING, Francis Aliston. Educação agrícola. **A Escola**, Curitiba, v. 3, n. 1, 1908. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

CIMINO, Marli de Souza Saraiva. **Iluminar a terra pela inteligência: trajetória do aprendizado agrícola de Barbacena, MG (1910-1933)**. 2013. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

DENIPOTI, Claudio. Um homem no mundo do livro e da leitura. **Revista de História Regional**, Ponta Grossa, v. 6, n. 2, p. 75-91, 2001.

GRAMSCI, Antonio. **Os intelectuais e a organização da cultura**. 4. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1982.

LEDENT, Armand. O ensino agrícola elementar. **A Escola**, Curitiba, v. 5, n. 7-12. 1910. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

MACHADO, Maria Cristina Gomes. **A instrução pública no estado do Paraná republicano: (des) continuidades da legislação educacional (1890-1913)**. Maringá: UEM, 2015. Digitado.

MACHADO, Maria Cristina Gomes; CURY, Carlos Roberto Jamil. A educação nos Anais da Constituinte Republicana do Estado do Paraná - 1892. **Educar em Revista**, n. 49, p. 227-243, 2013.

MARACH, Caroline Baron. **Inquietações modernas: discurso educacional e civilizacional no periódico A Escola (1906-1910)**. 2007. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2007.

MELO, Cristiane Silva; MACHADO, Maria Cristina Gomes. A organização da instrução pública no estado do Paraná no início da República: o Decreto nº 31 de 29 de janeiro de 1890. **Revista Histedbr On-line**, Campinas, n. 38, p. 248-260, jun. 2010.

MENDONÇA, Sandra Regina de. Mundo rural, intelectuais e organização da cultura no Brasil: o caso da Sociedade Nacional de Agricultura. **Mundo Agrário**, La Plata, v. 1, n. 1, 2000.

MOLINA, Rodrigo Sarruge. **Escola agrícola prática “Luiz de Queiroz” (ESALQ/USP): sua gênese, projetos e primeiras experiências (1881-1903)**. 2011. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2011.

MOLINA, Rodrigo Sarruge. Primeiras escolas agrícolas no Brasil: limites e falências (1877 a 1936). **Revista Histedbr on-line**, Campinas, n. 46, p. 309-324, jun. 2012.

NASCIMENTO, Maria Isabel Moura; NASCIMENTO, Manoel Nelito Matheus. Os congressos agrícolas do Rio de Janeiro e de Pernambuco e a educação (1878). **Revista Histedbr On-line**, Campinas, n. 52, p. 54-74, set. 2013.

OGANAUSKAS, Flávia Regina Marchiori. **Semear a “terra do futuro”: os projetos de modernização e o ensino agrônômico do Paraná (1897-1932)**. 2015. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2015.



OLIVEIRA, Maria Cecília Marins de. Políticas e investimentos do governo do Paraná na rede pública de ensino (1889-1930). **EccoS**, São Paulo, v. 8, n. 2, p. 385-405, jul./dez. 2006.

PARANÁ. Ensino agrícola. **A Escola**, Curitiba, v. 4, n. 2-3, 1909. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

PARANÁ. **Regulamento da Instrução Pública do Estado do Paraná**. 1901. Curitiba: [s. n.], 1901. Disponível em: <https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico/Pagina/Relatorios-de-Secretarios-de-Governo>. Acesso em: 29 mar. 2022.

ROSA, Gama. Escolas agrícolas e zootécnicas. **A Escola**, Curitiba, v. 4, n. 4-5, 1909. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

SCHELBAUER, Anaete Regina. **Ideias que não se realizam**: o debate sobre a educação do povo no Brasil de 1870 a 1914. Maringá: UEM, 1998.

SCHELBAUER, Anaete Regina. O método intuitivo e as lições de coisas no século XIX. *In*: STEPHANOU, Maria; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **História e memória da educação no Brasil**: século XIX. v. 2. Petrópolis: Vozes, 2005.

SMITH, Clinton. Escola Agrícola “Luiz de Queiróz”. **A Escola**, Curitiba, v. 3, n. 6-8, 1908. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

SOUZA, William. O ensino agrônômico. **A Escola**, Curitiba, v. 5, n. 4-6, 1910. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 29 mar. 2022.

VELLOZO, Dario. A Escola Moderna e a educação agrícola. **A Escola**, Curitiba, v. 3, n. 6-8, 1908b. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 4 abr. 2022.

VELLOZO, Dario. Escola Moderna. **A Escola**, Curitiba, v. 3, n. 1, 1908a. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 4 abr. 2022.

VELLOZO, Dario. Subsídios Pedagógicos - A Escola Moderna. **A Escola**, Curitiba, v. 2, n. 6-7, 1907. Disponível em: <https://bndigital.bn.gov.br/hemeroteca-digital/>. Acesso em: 4 abr. 2022.

Recebido em: 06.05.2022

Revisado em: 11.10.2022

Aprovado em: 07.11.2022

Editora responsável: Profa. Dra. Marília Pinto de Carvalho

Maria Beatriz de Almeida Mello é Mestre em Educação pela Universidade Estadual de Maringá e graduada em História pela Universidade Estadual do Norte do Paraná. Atualmente é professora de história da rede básica de ensino do Estado de São Paulo.